

DESAFIOS PARA A GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA, MACAPÁ/AP

Challenges for the Management of the Environmental Protection Area of Fazendinha,
Macapá/AP

Dayse Monteiro Maria

Mestre em Geografia (PPGEO/UNIFAP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5853-4991>

daysemaria72@gmail.com

Daguinete Maria Chaves Brito

Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9856-4290>

emailautor@emailautor.com.br

Artigo recebido em 01/06/2022 e aceito em 30/10/2022

RESUMO

O Amapá é o estado brasileiro com maior percentual do seu território sob proteção legal de áreas, em especial, unidades de conservação. Este artigo aborda as consequências da ausência de planejamento para a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha. O objetivo foi analisar a ausência de instrumentos de gestão e manejo na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha e as consequências para sustentabilidade socioambiental da unidade. Os procedimentos metodológicos combinaram coleta de dados, tendo como base as técnicas de pesquisas bibliográfica, documental, legal e levantamento em campo, tendo como abordagem a pesquisa qualitativa. Como resultado, inferiu-se que a sustentabilidade dos componentes ecossistêmicos da área corre sérios riscos de serem extintos, devido à ausência dos principais instrumentos de gerenciamento de uma unidade de conservação, zoneamento ambiental e plano de manejo.

Palavras-chave: Unidades de conservação; Zoneamento ambiental; Plano de manejo; Gestão Ambiental; Amapá.

ABSTRACT

Amapá is the Brazilian state with the highest percentage of its territory under legal protection of areas, especially conservation units. This article addresses the consequences of the lack of planning for the Environmental Protection Area of Fazendinha. The objective was to analyze the absence of management and management instruments in the Environmental Protection Area of Fazendinha and the consequences for the unit's socio-environmental sustainability. The methodological procedures combined data collection, based on the techniques of bibliographical, documental, legal and field

surveys, with qualitative research as an approach. As a result, it was inferred that the sustainability of the ecosystem components of the area runs serious risks of being extinguished, due to the absence of the main management instruments of a conservation unit, environmental zoning and management plan.

Keywords: Conservation units; Environmental zoning; Management plan; Environmental Management; Amapá.

1. INTRODUÇÃO

A proteção legal de áreas está lincada à conservação e proteção da biodiversidade no mundo e no Brasil. Objetiva a manutenção da riqueza biológica e dos serviços ecossistêmicos e, a gestão e o manejo adequados destas áreas solidifica a permanência da biodiversidade e proporciona qualidade de vida para a população que se encontra no seu interior e nas áreas e seus entornos. No Brasil a tipologia de áreas protegidas que se destaca são as unidades de conservação (UC) e o Amapá contempla em seu território aproximadamente 62% dessas áreas, distribuída em 21 UC, sendo oito pertencentes ao grupo de proteção integral e 13 ao grupo de uso sustentável.

A partir deste contexto, buscou-se analisar a importância socioambiental da área de proteção ambiental (APA) da Fazendinha avaliando as consequências dos impactos sociais, econômicos e ambientais que a área, ao longo de sua história, vem sofrendo. A APA é administrada pelo Estado e está ambientada na área periurbana de Macapá, limite-se com o município de Santana, no Amapá. A principal indagação que norteou a pesquisa foi: quais os principais danos ambientais causados à APA da Fazendinha pela ausência de planejamento adequado? A hipótese principal é que a APA sofre impactos severos pela ausência dos principais instrumentos de gestão de uma UC, como zoneamento ambiental e plano de manejo.

O objetivo da pesquisa foi analisar a ausência de instrumentos de gestão e manejo da APA da Fazendinha e as consequências para sustentabilidade socioambiental da UC. Como objetivos específicos, considerou-se: (i) contextualizar o processo de instituição da APA da Fazendinha no contexto amapaense; (ii) avaliar os principais impactos socioambientais na APA da Fazendinha e as consequências para a sua sustentabilidade ambiental e (iii) analisar o uso e ocupação da APA da Fazendinha e seus desdobramentos para o ecossistema da área.

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo e a forma de abordagem foi a pesquisa qualitativa. Esse método permite construir teorias e formular hipóteses e, com base nos resultados, realizar previsões (Gil, 2019). Usou-se, também os métodos de pesquisa documental, teórica, legal e levantamento em campo (registro CAAE nº 0037.0285.2002.0278/2021, Comitê de Ética em Pesquisa-CEP, da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP). Na pesquisa, utilizou-se fontes primárias, como documentos de domínio público disponibilizados em sites de entidades públicas, DOI: 10.5281/zenodo.12738479

informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2021) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP). Houve, também, consultas a artigos científicos e teses.

O artigo está dividido em três tópicos, além desta introdução e das considerações, o primeiro versa sobre os aspectos históricos da APA da Fazendinha no contexto amapaense; o segundo apresenta a importância do seu planejamento de uma UC e o terceiro discorre sobre os impactos socioambientais sofridos pela APA da Fazendinha e as consequências para a sua sustentabilidade ambiental.

2. O AMAPÁ E A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

Amapá, estado considerado o mais protegido do Brasil, é contemplado com 21 UC (Figura 1), dentre estas, três são APA: do Rio Curiaú (1998), da Fazendinha (2004), objeto deste estudo, e do Carmo do Macacoari (2021), as duas primeiras localizadas no município de Macapá, capital do estado, e a última no município de Itaubal. Áreas que não dispõem de instrumentos de gestão, com: plano de manejo e zoneamento ambiental, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2021).

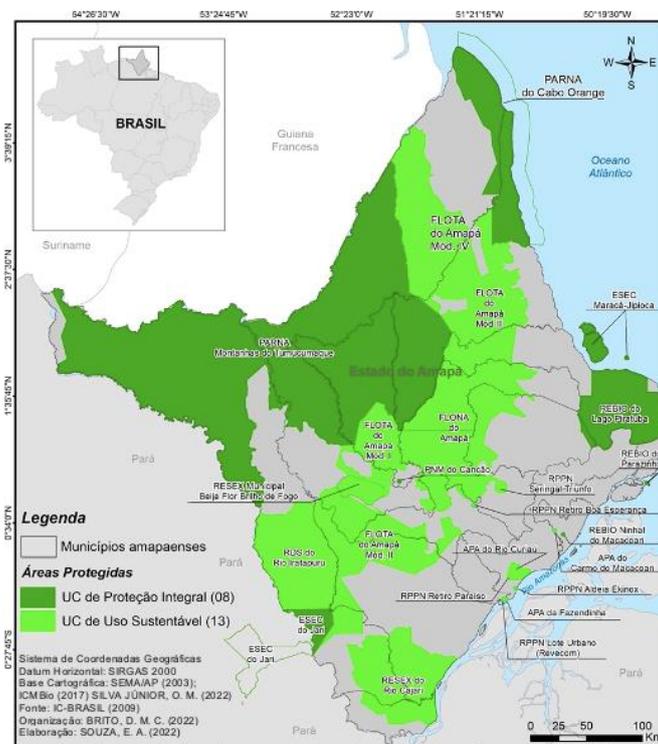


Figura 1 - Unidades de conservação no Amapá
Fonte: Organizado por Brito e elaborado por Souza, 2022.

Observando a figura, percebe-se que a APA da Fazendinha é uma unidade que compõe um conjunto de pequenas áreas protegidas que estão ambientadas a sudeste do estado. Porém, com grande importância para preservação e conservação de fragmentos da floresta de várzea e que tem grande potencial biológico, com representatividade da flora e da fauna, (terrestre e aquática) além de ambientar comunidades que mantem intrínseca relação de dependência com os elementos da natureza.

A APA da Fazendinha tem longa história de proteção, iniciando na década de 1970, em 1974 foi instituída Parque Florestal de Macapá, criado com a publicação do Decreto Territorial (Território Federal do Amapá) nº 030, de 24 de outubro de 1974, com área aproximada de 2.187 hectares. Com processo intenso de ocupação nos limites do parque, o governo do território alterou sua categoria, seus limites e consequentemente, sua área, com a emissão do Decreto Territorial nº 020, de 14 de dezembro de 1984, passando para a categoria de Reserva Biológica (REBIO) da Fazendinha e área de 193,53 hectares.

Entretanto, A REBIO é uma categoria de UC que pertence ao grupo de proteção integral e não permite o uso direto dos elementos naturais. Porém, a área continuou com forte processo de antropização. Assim, a APA da Fazendinha (Figura 2) foi instituída em 31 de dezembro de 2004, está localizada na porção periurbana sul da cidade de Macapá, a cerca de 15 km do centro da cidade, na divisa (igarapé da Fortaleza) com o município de Santana. Sua área é de 136,59 hectares e limites: ao norte com a Rodovia Josmar Chaves Pinto (AP-010), ao sul com o rio Amazonas, a oeste com o igarapé da Fortaleza e a Leste com o igarapé Paxicu e condomínio Roma (AMAPÁ, LEI COMPLEMENTAR nº 0873/2004).



Figura 2 - Localização da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha.

Fonte: Organizado e elaborado por Maria, 2022.

Como pode ser observado na Figura 2, a APA da Fazendinha, tem maior concentração populacional na parte oeste, as margens do igarapé da Fortaleza (divisor natural dos municípios de Macapá e Santana), na porção norte, as margens da rodovia Josmar Chaves Pinto (Rodovia AP-010) e às margens do igarapé Paxicu, no limite leste da APA. Ao longo da Rodovia a atividade principal é o comércio (feira), com a venda de produtos advindo de comunidades próximas e do próprio interior da APA, como: açaí, peixes e camarão. Ao longo das margens dos igarapés são evidentes a concentração de residências e são incidentes os conflitos socioambientais relacionados do uso e ocupação da área.

Por sua localização, dentro da área de expansão urbana de Macapá, a APA experimenta grande pressão antrópica. A área em que a unidade está localizada é exatamente na divisa entre os dois municípios mais influentes e populosos do estado (Macapá e Santana), por esse motivo a especulação imobiliária na região é cada vez mais acirrada, exemplo disso, são os condomínios construídos no entorno da unidade.

Dessa forma, é o processo que mais ameaça à integridade e a conservação da UC, tendo em vista que o seu órgão gestor não proporciona os meios necessários para a gestão adequada da área, como o zoneamento e o plano de manejo. Ou seja, embora seja uma área protegida por lei, a APA, efetivamente, não dispõe de proteção proporcionada pelo estado.

3. PLANEJAMENTO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

Os principais instrumentos utilizados para a gestão e manejo das UC brasileiras são: o zoneamento ambiental e o plano de manejo, aliado ao estabelecimento dos conselhos gestores (consultivos e deliberativos). Estas ferramentas auxiliam no planejamento de programas, projetos e ações que visam a sustentabilidade ambiental das áreas e a melhoria da qualidade de vida das populações que mantêm relações de interdependência com as áreas, em especial com as UC de uso sustentável.

3.1. Zoneamento Ambiental em Unidades de Conservação

A Lei nº 9.985/2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza (SNUC), em suas disposições preliminares, destaca que o Zoneamento e o Plano de Manejo, entre outras ferramentas de administração são instrumentos de gestão e de planejamento ambiental imprescindíveis para as UC alcançarem os objetivos de conservação e preservação do ambiente protegido. Com relação ao zoneamento lei determina que são: “Setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os

meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (BRASIL, LEI Nº 9.985/2000, Art. Nº 2º, Inciso XVI).

Assim, o zoneamento de uma UC, diz respeito a uma medida de gestão com dois fundamentos principais, a repartição do solo em zonas e a posterior designação de seus usos. Seu objetivo é a proteção do meio ambiente, de modo que a organização territorial dentro da UC observe suas características e potenciais de manejo, visando os diferentes usos na mesma unidade. É um procedimento que está incluso nas fases do plano de manejo.

De acordo com Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBio), deve-se observar as características e potencialidades de uma UC, as zonas devem ser estabelecidas e a elas são associados normas e objetivos, para então determinar as atividades que serão permitidas naquele espaço. Essas normas e atividades são planejadas para serem realizadas a curto, médio e longo prazo e, assim, garantir o manejo adequado no decorrer do tempo. Portanto, é um planejamento duradouro que pode ser revisto em casos específicos (ICMbio, 2018). De acordo com o planejamento do ICMBio são necessárias 14 zonas, organizadas em quatro grupos, baseados no grau de intervenção ou no modo de uso em cada área, como pode ser observada na Figura 3.



Figura 3 - Grupos de Zoneamento Ambiental em unidade de conservação.
Fonte: ICMBio, 2018.

Analisando a Figura 3 é possível perceber que em cada um dos grupos do zoneamento em UC são dispostas zonas com diferentes objetivos e características, demonstrando uma gradação de intervenção, desde a mais restrita (preservação, mantendo os processos ecológicos) à mais aberta (área produtiva, com uso direto dos elementos da natureza). A partir do ordenamento territorial realizado em uma determinada UC, quando se estabelecem as zonas, é possível planejar as atividades que podem ser realizadas em cada uma das parcelas. Este ordenamento é importante para regulamentar, por exemplo, as atividades de uso público dentro da unidade, como: visitação para fins turísticos, educação ambiental e atividades científicas. De modo contrário, os objetivos estabelecidos para criação da unidade podem não se cumprir totalmente ou plenamente.

No caso das APA, com exceção das Zonas com Usos Diferenciados, todas as outras são aplicáveis, porém, o zoneamento na APA da Fazendinha, ainda, não foi executado, por ausência de políticas públicas que priorizem a gestão e o manejo adequado da área. A partir de observações em campo, foi possível inferir que o zoneamento da APA da Fazendinha deverá compreender, pelo menos, três categorias de zonas e suas subdivisões: as sem ou com baixa intervenção, as de média intervenção e as de alta intervenção. As áreas que se encontram antropizadas ficam agrupadas na categoria de alta intervenção, como as comunidades do igarapé da Fortaleza, igarapé Paxicú e a área da feira no limite norte.

As áreas destinadas para as zonas de alta intervenção são as destinadas as habitação e exploração dos elementos naturais, extrativismo vegetal e animal (ictiofauna). As de intervenção média são dedicadas ao cultivo de subsistência, manejo florestal, pesquisas científicas, atividades sustentáveis voltadas para o ecoturismo e reduzidas estruturas de moradias (já presentes nesses espaços). As zonas sem ou com baixa intervenção, deverão estar voltadas para a preservação dos ecossistemas, como: áreas de recuperação, de alguns pontos já degradado; pesquisas científicas, e monitoramento. Essa zona diz respeito a um espaço com pouca visitação, sem manejo florestal, apenas atividades de subsistência.

3.2. Plano de Manejo para Unidades de Conservação

Outra ferramenta de gestão imprescindível para alcançar os objetivos propostos para instituição e execução de UC no Brasil é o Plano de Manejo, que é o documento técnico, que direciona, delimita e propõem programas, projetos e atividades a serem realizadas ou proibidas nas unidades. A ausência do plano de manejo em UC ocasiona vários problemas ambientais, por muitas vezes provocando conflitos entre a gestão da unidade e os usuários da área (conflitos socioambientais). Esses conflitos entre proteção e utilização da natureza se sobressai, principalmente, quando a unidade é de uso direto, como é o caso da APA da Fazendinha, pois não há um direcionamento claro das práticas que devem ser desenvolvidas ou proibidas na área.

Como pressuposto para a elaboração do plano de manejo de uma UC, deve-se realizar previamente o zoneamento ambiental da área. Assim, para conseguir construir um planejamento exequível é necessário que o plano de manejo seja embasado nas características das zonas que foram elencadas no zoneamento. Na legislação brasileira o plano de manejo é determinado como fundamental, a Lei nº 9.985/2000 determina que,

É um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das

estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, LEI Nº 9.985/2000, ART. 2º, INCISO XVII).

O plano de manejo é a principal ferramenta que normatiza as atividades a serem executadas na unidade. Ou seja, é a regulamentação e o planejamento que uma UC deve possuir. Por meio deste instrumento, todo o processo de implementação de uma unidade é realizado, tudo o que ela precisará para atingir seus objetivos é delineado e desenvolvido por meio deste planejamento. Com o plano de manejo construído e aprovado pelo conselho gestor é possível atingir as finalidades socioambientais da área.

É importante destacar que o plano de manejo é o ponto de partida para um processo contínuo de gestão adequada dos elementos da natureza e seus usos. Ou seja, a partir dele, outros planos, programas, projeto e ações devem ser realizados, podendo ser alterado, atualizado e ajustado de acordo com a necessidade da unidade. Portanto, é o documento que rege todas as ações que serão desenvolvidas nos limites da UC, assim como, em seu entorno. A APA da Fazendinha após 18 anos de criação ainda não possui seu plano de manejo, o que causa graves problemas a sustentabilidade dos ecossistemas pertencentes a área.

Outra ferramenta imprescindível para a gestão e o manejo de UC são os conselhos gestores, no caso das APA, conselhos deliberativos, que auxiliam as instituições responsáveis pela administração na gestão e manejar os componentes naturais, além de permitir a participação da sociedade nos processos de gestão (BRASIL, LEI Nº 9.985/2000). A APA da Fazendinha não dispõe de conselho gestor.

4. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

As paisagens da APA da Fazendinha, como existem hoje, são os resultados de uma herança de processos fisiográficos e biológicos, além da territorialização do espaço antes intocado (AZIZ AB'SABER, 2003). Enquanto, a relação das análises históricas demonstra que as comunidades, como as que se formaram no território da atual APA, adotaram identidade fortemente influenciada pela cultura indígena.

Assim, os processos realizados por esses indivíduos, com o passar dos anos, estavam diretamente ligados às dinâmicas da natureza, ou seja, em equilíbrio. Baseado na figura do caboclo ribeirinho, este morador estabelece suas relações de posse e uso da terra de acordo com suas necessidades, tanto no sentido econômico, quanto afetivo (MARGARIT, 2019) Assim, este modo de vida perdurou por décadas no cotidiano dos moradores da Amazônia e no Amapá não foi diferente.

O setor informal é a principal fonte de renda da população residente na APA da Fazendinha (de acordo com o diagnóstico realizado pela SEMA/AP, em 2015, corroborado com as informações obtidas com o trabalho em campo). Com maior ocorrência, observa-se comerciantes e feirantes, na porção norte e oeste da unidade, onde se encontra o porto e a rodovia (Figura 4) com tráfego intenso, possuindo intensa atividade comercial.



Figura 4 - Área Portuária do igarapé da Fortaleza (A) e Rodovia 010 (B).

Fonte: Acervo das autoras, 2021.

O porto (Figura 4A) conhecido por populares, como Duca Lobato, está situado no igarapé da Fortaleza, próximo a sua foz. Este igarapé é um pequeno afluente do rio Amazonas que limita a APA da Fazendinha a oeste, na margem relativa ao município de Macapá e limita, também, os municípios de Macapá e Santana e influencia diretamente a dinâmica socioambiental e econômica da unidade, pois possui intensa atividade comercial com o recebimento de embarcações que trazem principalmente o pescado e o açaí, comercializados na localidade e nos centros das duas maiores cidades do Amapá.

Este importante corpo hídrico é o principal curso d'água da microbacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza, que é composto por uma complexa rede de drenagem que alimenta a planície de inundação, influenciando diretamente o ambiente onde está localizada a APA da Fazendinha. Ambiente que tem sido atingido negativamente pela ocupação humana, consequências da expansão urbana desorganizada dos municípios de Macapá e Santana.

No caso da APA da Fazendinha essa ocupação é ilegal, pois de acordo com a legislação (nacional – Lei nº 9.985/2000 e Decreto Federal nº 4.340/2002, além da Lei Complementar nº 0873/2004), o órgão responsável pela área deve disciplinar o processo de ocupação, assegurando a sustentabilidade de uso dos seus recursos naturais. Mas, com a ausência do zoneamento e consequente

plano de manejo, a APA não dispõe de mecanismos para regulamentar e impedir a ocupação desordenada do seu ambiente.

As consequências da ocupação desordenada da APA da Fazendinha, devido à ausência de instrumentos que são imprescindíveis para sua gestão adequada, é um processo acelerado de desmatamento (afetando o potencial da fauna e flora) e a deposição inadequada de resíduos poluentes (como esgotamento sanitário, sem tratamento, despejado diretamente no rio ou na sua área de influência), além do despejo inadequado dos resíduos sólidos, mas são registrados, também, os resíduos advindos das embarcações que aportam na área.

Somados aos problemas de degradação da fauna, flora e recursos hídricos, a unidades tem, ainda, um severo processo de erosão (Figura 5), que é uma dinâmica natural dos rios amazônicos, contudo, se torna mais problemático com o desflorestamento da mata ciliar. Situação que agrava os ecossistemas da APA, devido às atividades realizadas nos igarapés, com ondas geradas pelo forte tráfego de embarcações que transitam pelos na região (FREITAS, 2018).



Figura 5 - Processos erosivos na área de proteção ambiental da Fazendinha.

Fonte: Acervo das autoras, 2021.

Nas imagens A, B e C, da Figura 5, é possível observar o processo de erosão fluvial, facilmente visualizada nas margens do igarapé da Fortaleza. O processo ocorre pela remoção da vegetação e consequente remoção de porções do solo, provocando deslizamentos de terra, o que já tem afetado as habitações presentes nessa área. Como medida de contenção, os moradores tentam construir barreiras, utilizando materiais como pneus, o que a médio e longo prazos, não surte efeito, nesse caso, a tendência é a expansão da erosão, caso medidas mais severas não sejam adotadas.

Avaliando a porção oeste da unidade, observa-se um micro centro comercial, com a presença de variadas lojas, restaurantes, bares e outros empreendimentos (Figura 6). Essa prestação de serviço atende, prioritariamente, a comunidade local, que consome os produtos, sem sair da APA.

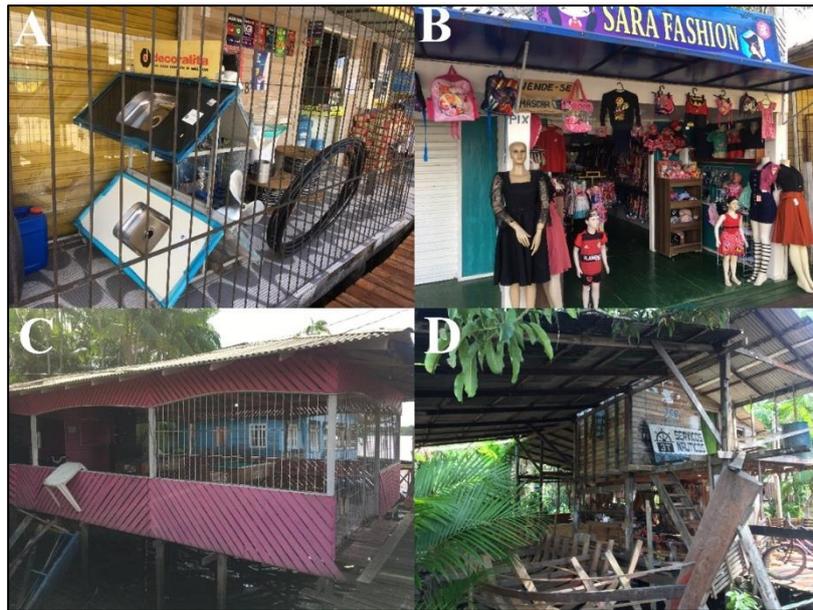


Figura 6 - Atividades econômicas: Material de Construção(A); Lojas de roupas(B); Bar/restaurante (C) e Estaleiro (D).
Fonte: Acervo das autoras, 2021.

As imagens da Figura 6 demonstram lojas de materiais de construção e de confecções (A e B), respectivamente, a imagem C corresponde a um bar, que também, fornece alimentação e a imagem D é de um pequeno estaleiro, que oferece serviços de construção e reparos em embarcações. É importante observar que as atividades desenvolvidas na APA da Fazendinha, não foram planejadas antecipadamente, refletem a necessidade do morador da unidade de se sustentar e de consumir, sem que precise se deslocar para a área de entorno. Outra questão importante, é que essas atividades, não visam a conservação ambiental local e ou seu desenvolvimento sustentável, pelo contrário, a maior parte, contribui para os impactos ambientais recorrentes na área, como a degradação do solo por descarte irregular de lixo e a poluição dos corpos hídricos pelo despejo de água servida.

Na outra extremidade da APA da Fazendinha, porção norte, às margens da rodovia Josmar Chaves Pinto se encontra uma pequena feira de produtos naturais (Figura 7), onde é comercializado principalmente camarão, peixe e açaí. Produtos que não são oriundos da unidade, mas sim, trazidos de comunidades ribeirinhas da ilha do Marajó (Pará) e dos municípios de Amapá (principalmente do distrito do Bailique/Macapá) e Santana e, que são desembarcadas no porto Duca Lobato.



Figura 7 - Feira ao longo da rodovia 010, no limite da APA da Fazendinha.
Fonte: Acervo das autoras, 2021.

A pequena feira da APA da Fazendinha é bastante popular na localidade, composta por feirantes e comerciantes que moram na unidade ou que alugam o ponto comercial de algum morador. É uma excelente opção para aquecer a economia local, porém, não foi planejada para atender os objetivos da UC. A área é um ponto comercial estratégico, que fornece produtos para as cidades próximas, pois se encontra na via de acesso entre Macapá e Santana, com alto fluxo de veículos. Comercializa-se principalmente açaí, pescados e camarão (Figura 7B). Porém, os resíduos produzidos por essa atividade comercial são descartados de forma irregular diretamente no solo, como os caroços do açaí produzido na localidade (Figura 8), pois não existe um serviço adequado para a coleta desse material.



Figura 8 - Descarte irregular de caroços de açaí na área da APA da Fazendinha.
Fonte: Acervo das autoras, 2021.

Alguns comerciantes, que se dizem preocupados com o meio ambiente e que possuem condições financeiras favoráveis, contratam carros particulares para transportar e descartar os caroços no aterro municipal. Outros, sem condições, acabam descartando o material de forma inadequada dentro e no entorno da UC. A deposição inadequada do lixo traz graves problemas a integridade biológica da APA, com o aumento de vetores que afetam a saúde dos moradores da área. Essa situação ocorre pela absoluta ausência de políticas públicas relativas ao gerenciamento da unidade. Não existe, por exemplo, um programa ou projeto de educação ambiental sendo desenvolvido, ou mesmo programas de fiscalização, controle e monitoramento.

O que se pretende analisar com esses dados, é que para uma UC, com alto potencial geoturístico (próximo dos maiores centros populacionais do estado), as atividades desenvolvidas na APA, não refletem os ideais sustentáveis de sua criação, ou seja, os serviços oferecidos na área poderiam ter sido direcionados para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, caso houvesse instrumentos de planejamento ambiental na UC. Assim, é perceptível a ausência de instrumentos de gestão adequados.

Todas as atividades que são realizadas na unidade, pela falta de planejamento, são ilegais e, muitas inadequadas, a UC. Entretanto, tem grande importância socioeconômica para a sobrevivência dos moradores da APA. Assim, é necessário e urgente que o plano de manejo da área seja elaborado, aprovado e executado, antes que os elementos naturais sejam extintos. De acordo com a legislação vigente, a população residente em UC de uso sustentável, pode utilizar os recursos naturais de modo sustentável, isto significa, que é permitido “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, Lei nº 9.985/2000. Art. 7º, § 2º). Ou seja, é consentido o uso para consumo próprio e para possíveis empreendimentos locais.

As UC de uso sustentável, como é o caso da APA da Fazendinha, devem dispor de plano de manejo e realizar gestão participativa, com isso devem elaborar e aprovar projetos que priorizam o ecoturismo dentre as suas atividades econômicas, envolvendo os comunitários nestas práticas. Assim, os gestores dessas áreas têm maiores possibilidades de tornar a UC verdadeiramente sustentável.

5. USO E OCUPAÇÃO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA

No que diz respeito a questão ambiental, a relação dos moradores da APA da Fazendinha com o poder público responsável pela gestão ambiental da área não é pacífica. De modo geral, os moradores não têm familiaridade com as legislações e normas relativas à proteção, conservação e preservação do ambiente. Diante deste cenário, percebe-se a importância da educação ambiental nestes ambientes, para sensibilizá-los quanto a importância de manter a área protegida, conservada e

zonas específicas preservadas, como as áreas que detém amostras nativas da vegetação e consequente espécies da fauna.

As áreas da APA da Fazendinha que apresentam maior nível de antropização, também apresentam número elevado de conflitos socioambientais, motivados pela interação da população residente com a natureza em regime normativo. Ou seja, os conflitos existentes nessas áreas perpassam pelas atividades desenvolvidas nesse ambiente e que prejudicam de alguma forma o processo de conservação e preservação dos elementos naturais, isto é, a proteção não é efetiva.

Assim, os ambientes naturais da APA da Fazendinha destacados neste estudo, são os igarapés da Fortaleza e do Paxicu, onde existem comunidade fixas e que utilizam os elementos da natureza para suprir parte de suas necessidades diárias. De acordo com as pesquisas em campo, estes ambientes, aparentemente, tem sido os mais afetados diretamente pela ausência do estado na gestão da área.

O descarte irregular de lixo, por exemplo, é um dos fatores mais preocupantes percebidos na APA da Fazendinha, tanto dentro dos limites, quanto no seu entorno. Esta deposição inadequada segue causando graves danos ao ambiente da área, principalmente à rede hídrica, no rio Amazonas e igarapés da Fortaleza e do Paxicu, pois o lixo doméstico é descartado diretamente no solo da várzea que sofre diariamente a influência da maré, e por esse motivo, acaba transportando os resíduos diretamente para os corpos hídricos. Na Figura 9 é possível constatar essa informação.



Figura 9 - Descarte de lixo na área de proteção ambiental da Fazendinha.

Fonte: Acervo das autoras, 2021.

A questão do descarte irregular de lixo na unidade, foi um dos principais problemas apontados pelos moradores, que afirmam ter seu lixo coletado regularmente em suas passarelas, porém, relatam que esse lixo é levado até um ponto central, às margens do igarapé da Fortaleza, onde o caminhão pode recolher. Todavia, como se percebe na Figura 9B e nos trabalhos de campo, não há a coleta

regular e o acúmulo de lixo causa mau cheiro, atrai animais que destroem as embalagens plásticas e espalham os resíduos no solo.

Com relação a deposição de lixo visualizada em outros ambientes da unidade, os entrevistados culpam a própria população residente pelo lixo descartado irregularmente. Entretanto, é possível inferir que esse comportamento é baseado na falta de um programa de educação ambiental e de informações ambientais para a área. Em geral, é possível concluir que a deposição inadequada dos resíduos sólidos é um problema global, porém, agravada em locais onde a população não recebe qualquer informação a respeito.

O contato direto com os moradores, a partir de trabalho de campo, permitiu que os residentes informassem os problemas ambientais que eles observam no seu cotidiano, como a questão do lixo, bem como sua percepção sobre a economia local, dificuldades enfrentadas, potencialidades percebidas e apontaram melhorias para a comunidade. Com relação aos problemas ambientais, os apontamentos foram a diminuição dos elementos naturais, antes abundantes na localidade, como: desaparecimento de algumas espécies de animais para os moradores, essa diminuição está relacionada ao descarte irregular de lixo; à ocupação desordenada, que inevitavelmente impacta negativamente o ambiente e, principalmente, o desmatamento. A caça predatória, também foi citada, os residentes denunciam que essa prática vem crescendo na unidade, por vezes, cometida por não residentes.

Com a pesquisa em campo, foi possível inferir que o solo da unidade sofre influência direta do rio Amazonas, que inunda parte da APA de acordo com o movimento das marés, por esse motivo as residências são em estilo palafita, ou seja, casas construídas sob estacas de madeira, justamente para ficar acima do nível da água, na subida da maré. Foi possível verificar, também, o tipo de estrutura que os comunitários se locomovem, as denominadas passarelas (Figura 10). Como pode ser percebido algumas passarelas, encontram-se em estado crítico de conservação, podendo provocar acidentes aos transeuntes.



Figura 10 - Infraestrutura das moradias e passarelas.
Fonte: Acervo das autoras, 2021.

O tipo de habitação presente na APA, implica em uma série de processos danosos ao meio ambiente, principalmente ao solo e ao corpo hídrico que alimenta essa área. Os danos ambientais, ocorrem sobretudo, a partir do despejo de água servida, tanto pelas residências quanto pelos estabelecimentos comerciais. Na APA da Fazendinha as casas utilizam fossas negras, o que causa grandes danos ao ambiente de toda a área; há, também, despejo de óleo diesel no igarapé da Fortaleza pelos responsáveis pelas embarcações e o próprio descarte de lixo, são alguns dos impactos ambientais visualizados na unidade.

Estes processos contaminam o solo, o canal de drenagem e o lençol freático, principalmente com coliformes fecais. A desinformação e as dificuldades financeiras enfrentadas pelos moradores da unidade, os impedem de procurar alternativas menos danosas ou nem sabem que a prática adotada por eles é prejudicial ao ambiente e a população. Com relação ao estado crítico de conservação de algumas passarelas da APA, destaca-se principalmente a insegurança no trânsito dos residentes. Há perigo de quedas e afogamentos quando a maré está alta.

A respeito da economia local e das dificuldades enfrentadas pelos moradores, se destaca o alto índice de desemprego, que é uma realidade do país inteiro, mas que nesta unidade, tem grande relevância para os moradores, que em sua maioria realiza trabalhos autônomos. Este fator, socioeconômico, gera uma série de adversidades na vida do indivíduo, como por exemplo, a dificuldade de comprar alimentos, o que pode estar causando o aumento da caça dentro da APA. Dessa forma, para obter as informações pertinentes a essa questão, foi perguntado aos moradores, durante as entrevistas, quais eram os pontos negativos de morar na APA da Fazendinha, com o intuito de averiguar o panorama socioeconômico da unidade.

Apesar do alto índice de desemprego a violência não foi pontuada, conferindo um lugar relativamente seguro para viver. Porém, o desemprego foi citado pela maioria dos entrevistados. A atuação da SEMA/AP (entidade gestora da unidade) se mostra ineficiente, na visão do morador, principalmente no sentido de prestar assistência as famílias e mantê-los informados sobre as dinâmicas da área protegida. Essa situação ocorre pela ausência de instrumentos reguladores como o plano de manejo, que facilmente nortearia as atividades dentro e no entorno da UC, principalmente as atividades econômicas, para que o residente detivesse mais opções de garantir renda para sua sobrevivência.

As pesquisas em campo demonstraram, também, que os moradores da unidade possuem nível de renda baixo, apresentando dificuldades para residir em outros locais. Ou seja, tendo em vista a especulação imobiliária e os altos custos dos imóveis ou lotes de terra, assim, as pessoas residem na área imprópria por não terem condições financeiras de acessar um bairro adequado às necessidades básicas de cada indivíduo. A permanência da população nessa área, diante a essa perspectiva,

também, está relacionada ao não pagamento de energia elétrica, de água e de impostos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Por outro lado, há quem goste de morar na área, principalmente os moradores mais antigos, que valorizam a beleza cênica, a tranquilidade e a segurança do lugar. Há também quem se beneficie da localização privilegiada da unidade, que confere um bom ponto comercial.

Em referência aos pontos considerados positivos apresentados no gráfico 3, pode-se inferir, que são poucos, considerando o contexto em que a comunidade se sustenta. Mesmo nessa pequena amostra de satisfação, tendo em vista que é uma comunidade que enfrenta muitos desafios, é possível perceber o sentimento de pertencimento a esta porção espacial, o que a geografia chama de Lugar.

Na APA da Fazendinha, a interação homem-natureza é vivenciada diariamente pelos moradores. Ou seja, se percebem como parte desse lugar., que é um produto que está em constante movimento/construção, justamente pela relação entre homem e natureza, e que exprime identidade própria a partir dessa relação (CARLOS, 1999). Em contrapartida, há quem não goste de residir na unidade, muito em função da infraestrutura inadequada em que as residências se encontram, o que acaba se tornando perigoso em algumas situações, ou seja, independente do contexto, todos tem familiaridade com a APA da Fazendinha (TUAN, 2012).

Entre pontos positivos e negativos, muitas foram as sugestões para que a vivência na UC fosse digna, entre as mais citadas está a de melhor atuação da SEMA/AP, pois a população residente se sente abandonada pelo poder público, acredita que a fiscalização da biodiversidade e dos novos moradores na localidade, não é realizada de forma satisfatória. Se faz necessário, então, que políticas públicas sejam criadas para garantir que os moradores da APA da Fazendinha tenham alternativas fundamentadas na sustentabilidade para a prática de suas atividades, como a lei estabelece, propiciando conservação e preservação dos elementos da natureza e dignidade para seus moradores. Isso é possível por meio do zoneamento e do plano de Manejo, isto é, do planejamento ambiental da área.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível perceber que a APA da Fazendinha necessita urgentemente que a Lei Federal nº 9.985/2000 e a Lei Complementar Estadual nº 0873/2004 sejam cumpridas e o plano de manejo para a unidade seja construído e posto em prática, para que os impactos socioambientais sejam amenizados e que outros futuros sejam evitados. O planejamento da APA é necessário para proporcionar que o morador desenvolva atividades sustentáveis e viva com mais dignidade. Assim, possibilitando que a sociedade em geral usufrua deste espaço de forma ecologicamente correta, cumprindo com os objetivos da UC

Tendo em vista os argumentos apresentados é possível visualizar que os impactos socioambientais recorrentes na APA da Fazendinha, ocorrem principalmente pela ausência de plano de manejo, pois, nenhum estudo prévio foi realizado para planejar as atividades que seriam desenvolvidas na unidade e suas implicações para a sustentabilidade da área. Ademais, a contribuição dos moradores da UC aponta insatisfação com a ausência de políticas públicas, principalmente com relação à atuação da SEMA/AP. É imprescindível que o morador da APA da Fazendinha tenha suas contribuições levadas em consideração na tomada de decisão, pois é quem vivencia a realidade e quem mais precisa de assistência para gerir a UC de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

- AB`SABER, A. **Os Domínios da Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 144p.
- AMAPÁ. **Decreto (E) 030**, de 24 de outubro de 1974. Dispõe sobre a criação do Parque Florestal de Macapá. Macapá, 1974.
- AMAPÁ. **Decreto nº 020**, de 14 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica da Fazendinha no município de Macapá. Macapá, 1984.
- AMAPÁ. **Lei Complementar nº 0873**, 01 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, no município de Macapá. Macapá, 2004.
- BRASIL, **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002, Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BRASIL, **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000, Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.consultarFicha>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- CARLOS, A. F. O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, E.; CRUZ, R. de C.; FERREIRA, L. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Ucitec, 1999. p. 25-37.
- E-SIC - SEMA. **Relatório Socioeconômico da APA da Fazendinha 2015**. Dispõe sobre o levantamento de informações socioeconômicas dos moradores da APAFAZ. Fornecido pela SEMA por meio do E-SIC, Disponível em < <http://esic.ap.gov.br/login>>. Acesso em 26 fev. 2021.

FREITAS, A. P; BRITO. D. M. C. Análise dos Conflitos Socioambientais da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha – Amapá. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., João Pessoa. **Anais...** São Pessoa, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 220p.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. 2018: Brasília, 2018. 212p.

MARGARIT, E. **O modo de vida do povo amapaense. Integração territorial competitiva do amapá**: o programa de aceleração do crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento. Goiânia, 2019. p. 123-140.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel. 2012, 342p.